

PARLAMENTARISMO



Arquivo Miguel Reale

O jurista Miguel Reale (foto) faz dia 22 de agosto, às 17h, no IEA, a Conferência do Mês sobre "Perspectivas Parlamentaristas" (leia sobre os demais eventos de agosto/setembro abertos ao público nas páginas 4 e 5).

Uma estratégia para a dívida externa

O sistema financeiro internacional permanece em risco mais devido à sistemática imprudência no comportamento dos credores do que por irresponsabilidade dos devedores. Essa é a opinião do professor Percy Mistry, do Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford. Para ele, uma posição mais legítima e defensável seria reunir as diferentes iniciativas para resolução da crise internacional da dívida externa numa única estratégia.

Pág. 8

ÁSIA-PACÍFICO

O processo de industrialização na Ásia-Pacífico, impulsionado pelo Japão, e o sistema de produção japonês foram analisados em seminário realizado no campus da USP em São Carlos. Os expositores foram Amaury Porto de Oliveira e Helena Hirata.

Pág. 6



Mauro Bellés

O sociólogo peruano Aníbal Quijano

Os dilemas da América Latina

"Não é verdade que na América Latina o Estado é o conjunto de instituições que os cidadãos produzem através de seus representados", disse Aníbal Quijano na Conferência do Mês de junho. Em outra palestra, discutiu aspectos da identidade histórica e da geopolítica da América Latina. Ele esteve como professor visitante do Instituto durante maio e junho. Pág. 2

América Latina: Crise de representat

Depois de mais de 20 anos de golpes de Estado e desestabilização econômica, os países da América Latina, especialmente os do Cone Sul, vivem a expectativa da consolidação de suas democracias. Mas, segundo o sociólogo Aníbal Quijano, democracia por si só não basta: é preciso haver representatividade política.

A esta advertência, ele acrescenta o diagnóstico de que a principal causa da crise de representatividade política deve ser buscada no ciclo de ditaduras militares que infestaram a América Latina desde os anos 60. "Além de aniquilar os direitos humanos, os militares deixaram completamente arrasada a economia dos países latino-americanos", disse o sociólogo.

Certamente que a superação dessa herança indesejável não iria se dar com a entrega do poder aos civis, nem com eleições diretas, que traçaram um novo mapa político na América Latina a partir da década de 80. De acordo com Quijano, três fatores contribuíram para que isso acontecesse: a falta de legitimidade política de partidos e candidatos, excesso de populismo nos progra-

naram, houve reações e o apoio popular que eles esperavam extrair dessa aventura evaporou-se com as elevadas e instáveis taxas de inflação. Quijano exemplifica com o caso argentino, considerando a maior prova do fracasso do governo Raul Alfonsín o fato de ele haver mas de governo e pressão neoliberal vinda dos países industrializados. "A nova ordem política esbarrou no nacional-populismo por causa da magnitude e do caráter da crise. Também houve uma pressão muito forte de neoliberais no sentido de provar que o programa de desenvolvimento dos sociais-democratas não alcançaria êxito."

Nessas circunstâncias a saída foi tentar conter a onda de descontentamento de milhões de trabalhadores com planos de combate à inflação e de negociação da dívida externa, observou Quijano. Com o tempo e no mais puro espírito de latinidade, os presidentes latino-americanos estreitaram seu relacionamento pessoal, tornando-se cada vez mais afinados no tom dos pronunciamentos.

Ao contrário porém do que imagi-
antecipado espontaneamente o fim do seu mandato.

O quadro fica ainda mais grave quando se verifica a falta de mecanismos de controle sobre o Estado que permitam participação efetiva de segmentos distintos da sociedade. "Não é verdade que na América Latina o Estado é o conjunto de instituições que os cidadãos produzem através dos seus representados", contesta o sociólogo, para quem há um fosso entre representantes (os políticos) e representados (os cidadãos).

Quijano observa que a participação popular e a cidadania na América Latina são questões complexas e, ao mesmo tempo, árduas, pois muitos dos problemas foram abordados apenas superficialmente, ou continuam ignorados pelos especialistas. Contudo, dá algumas pistas.

A categoria de cidadania se associa à de identidade social, é uma meta a ser atingida mas não pode ser considerada como ponto de partida de sistemas políticos nem de instituições do Estado. "Há um número bastante grande de indivíduos que individual ou coletivamente não pertencem de maneira está-

tável a nenhuma identidade ou estrutura social definidas, uma vez que entre elas também nenhuma é definível nas condições atuais."

Como se organizam então os mecanismos de representação dos cidadãos frente ao Estado, se se admite a falta de identidade social? A resposta, segundo Quijano, exige reflexão cuidadosa e análise mais aprofundada.

Em parte o fato se explica pelo resquício de colonialismo que perdura

Mauro Belles



Aníbal Quijano (no centro) considera a falta de credibilidade pública o maior problema dos governos latino-americanos

Desintegração Geopolítica

A América Latina corre séria ameaça de desintegração do seu espaço justamente no momento em que se discute a existência de uma nova ordem mundial

ividade

na América Latina ainda hoje. "Nem as revoluções mais profundas que ocorreram no Continente neste século — no México, 1910-30, e na Bolívia, 1952-64 — conseguiram dissipar o caráter colonial presente nas estruturas de poder e nas relações sócio-culturais das populações latino-americanas."

Quijano disse que essa situação tem gerado uma "aberta revolta étnica" de ponta a ponta na América Latina. "Grupos étnicos do México, América Central, Andes e Amazônia pedem para ser o que eles realmente são. Não querem mais fazer parte da instituição liberal de cidadania nem de seus sistemas políticos de representação."

Há, sem dúvida, outras facetas a serem identificadas para a solução do impasse gerado pela crise de representatividade política na América Latina. Uma coisa porém é certa, na opinião do sociólogo: a reforma do Estado e dos sistemas políticos não são as respostas mais adequadas ao problema. Quijano entende que não é possível pensar em reformas sem a ampla participação popular e a discussão aberta a todos os setores sociais.

Aníbal Quijano

Professor da Universidade Nacional Maior de São Marcos (Peru), Aníbal Quijano foi professor visitante da Área de História das Ideologias e Mentalidades. Fez a "Conferência do Mês" de junho (dia 4) sobre "A Crise de Representatividade Política na América Latina". Antes, no dia 21 de maio, deu a palestra "A Questão da América Latina". Durante dois meses realizou estudos sobre as mudanças na sociedade e no Estado latino-americanos.

Quijano é autor de obra extensa, onde figuram os livros "Cultura y Dominación" (1980) e "Modernidad, Identidad y Utopia en América Latina" (1988). Foi fundador do Centro de Investigaciones Sociales do Peru e professor-adjunto da Universidade do Estado de Nova York.

O sociólogo Aníbal Quijano exortou os integrantes das Áreas de Assuntos Internacionais e de História das Ideologias e Mentalidades a considerar cuidadosamente a "extrema gravidade do problema" da desintegração geopolítica da América Latina. Em sua primeira palestra no IEA, Quijano disse que o Mercosul e o Pacto Andino são o prenúncio da divisão da América Latina em blocos. "Com a possível adesão do México ao tratado de livre-comércio Estados Unidos-Canadá, o mais provável é que o quadro tenda a se deteriorar ainda mais."

Quijano afirmou que, "de um lado, ficarão os 'países pobres' da orla latino-americana do Pacífico, e, do outro, os 'países ricos' próximos ao Atlântico". Segundo ele, a fronteira norte da América Latina está "virtualmente deserta, e não se sabe ao certo onde começa e termina o espaço histórico latino".

Ele também enfatizou a possibilidade de os Estados Unidos continuarem controlando os países latino-americanos para manter a hegemonia política e econômica no Continente. Quijano considera explícita a intervenção norte-americana em países como a Bolívia e o Peru: "Há dois batalhões da tropa norte-americana na Bolívia e no caso do Peru há uma base militar que é uma verdadeira fortaleza, chamada Santa Luzia".

Ambos os países enfrentam problemas estruturais e, nesse caso, é racional pensar que essa intervenção direta não se esgota no combate aos narcotraficantes nem à guerra civil. "É muito provável que em breve aumente a ingerência político-militar, pois não há como se opor, dizer sim ou não. Os governos são extremamente frágeis e a sociedade civil vive um

momento de forte desarticulação."

A crise latino-americana, além de ser a mais duradoura, atinge a todos os países, sem exceção. "Em cada país há uma estagnação cada vez maior das economias, que em alguns casos produz uma anomalia", disse Quijano. Ele assinalou que a crise provoca uma espécie de inércia em alguns países frente à intervenção internacional. "Na Colômbia e na Venezuela essa intervenção existe porém é mais encoberta."

O sociólogo entende que é necessário encontrar uma solução intermediária para conter o processo de desintegração do espaço na América Latina. De acordo com ele, isso é importante porque a produção de "identidades históricas" ocorre somente em um espaço estável e definitivamente colocado. "Dentro desse espaço realiza-se a individualidade de uma experiência histórica em relação a outras experiências. Aí também se articulam as diversas maneiras de uma existência social em uma totalidade definida."

A ausência de um "projeto latino-americano" desaponta o sociólogo. Para ele, isso é tão importante quanto baixar a inflação a curto prazo e atrair investimentos externos para fazer com que termine o subdesenvolvimento na região.

Quijano defendeu a descolonização do modo de conhecer e pensar a América Latina e o resto do mundo. "Creio que o significado central do que ocorre há 500 anos na América Latina é o do começo de um processo largo de distribuição dos recursos em mãos de uma pequena minoria. Com altos e baixos esse processo não terminou e hoje temos um novo momento de reconcentração." Ele acredita que a crise generalizada poderá criar oportunidades de enxergar de maneira diferente a realidade latino-americana.

CONFERÊNCIA DO MÊS

Parlamentarismo em debate

"Perspectivas Parlamentaristas" é o tema da "Conferência do Mês" que o jurista Miguel Reale fará dia 22 de agosto, às 17h, no IEA.

Reale disse que vai dividir sua conferência em três partes: "Pretendo fazer

uma análise histórica e crítica dos momentos em que o Brasil viveu sob o parlamentarismo; em seguida, tentarei identificar os avanços e os recuos do parlamentarismo desde a Comissão Afonso Arinos até a Assembléia Nacional Constituinte; e, finalmente, acrescentar novos elementos no debate referente às perspectivas do regime no Brasil."

Advogado militante desde 1934, quando formou-se em direito, Reale é autor de dezenas de livros, entre os quais "Nova Fase do Direito Moderno" (1990), "Liberdade e Democracia" (1987) e "Lições Preliminares de Direito" (1973). Foi por duas vezes reitor da USP. Recebeu vários títulos de doutor "honoris causa" no Brasil e no Exterior.

Mesa-redonda sobre José Honório Rodrigues

A Área de História das Ideologias e Mentalidades realiza dia 23 de agosto, às 17h, no IEA, a mesa-redonda "Contribuições de José Honório Rodrigues à Historiografia Brasileira". Participam como debatedores Paulo Sérgio Pinheiro, Carlos Guilherme Mota e José Sebastião Witter, entre outros.

Depois do evento a Editora Imaginário lança o livro "Ensaio Livres", organizado pela viúva do historiador Lêda Boechat Rodrigues. A obra é classificada tematicamente e reúne 46 ensaios curtos porém incisivos e lógicos de José Honório Rodrigues. O volume inclui também a entrevista do historiador concedida ao "The Hispanic American Historical Review".

Tido como um dos três maiores historiadores brasileiros, ao lado de Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues é reconhecido internacionalmente. Nascido em 1913 no Rio de Janeiro, formou-se em direito e escreveu cerca de 30 livros dedicados à história do Brasil. Seu primeiro livro, "A Civilização Holandesa no Brasil", foi publicado quando ele tinha 27 anos, e o último, "Filosofia e História", em 1981. O



Arquivo José Honório Rodrigues/IEA

historiador foi professor de instituições brasileiras e estrangeiras e membro da Academia Brasileira de Letras. Morreu em abril de 1987, aos 73 anos de idade.

José Honório Rodrigues (1913-1987)

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron

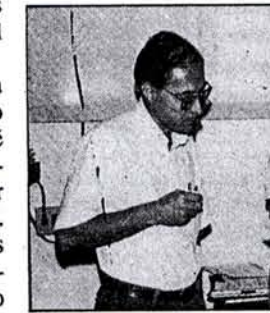
O físico Cylon Gonçalves da Silva, professor do Instituto de Física da Unicamp, faz dia 13 de setembro, às 15h, no IEA, a palestra "O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron: Projeto e Realidade", dentro do programa de atividades da Área de Política Científica e Tecnológica.

O LNLS foi criado pelo CNPq em dezembro de 1984. Em dezembro de 1989 foi feita uma montagem de ensaio equivalente a 1/12 do acelerador linear de elétrons. Os pesquisadores realizaram a experiência no saguão de entrada da sede provisória, localizada no Pólo Tecnológico de Campinas. Ainda sem a infra-estrutura adequada, o LNLS não conseguirá cumprir a meta anunciada de entregar o acelerador aos usuários em 92. O prazo agora previsto é final de 93.

"A estratégia de implantação do LNLS, seja como projeto de engenharia ou como projeto científico e tecnológico na área de materiais, é tão importante quanto o produto final, pois representa um verdadeiro esforço de modernizar o País", disse o físico e atual diretor do LNLS. As fontes de luz síncrotron produzidas pelos equipamentos do LNLS serão usadas para estudar a relação entre propriedades, composição

e estrutura da matéria. Delas se beneficiarão tanto a pesquisa básica como a pesquisa aplicada, além de indústrias nacionais que operam no setor de microeletrônica.

A luz síncrotron foi observada pela primeira vez em 1946, em um síncrotron de pesquisa do laboratório industrial da General Electric nos Estados Unidos. Atualmente, uma dezena de laboratórios como o LNLS encontra-se em operação nos países industrializados e um número comparável em projeto ou construção, principalmente nos países em desenvolvimento (República Popular da China, Taiwan, Coreia e Índia).



Cylon Gonçalves da Silva (foto) é diretor do LNLS

PROGRAMAÇÃO IEA – AGOSTO/SETEMBRO – 1991

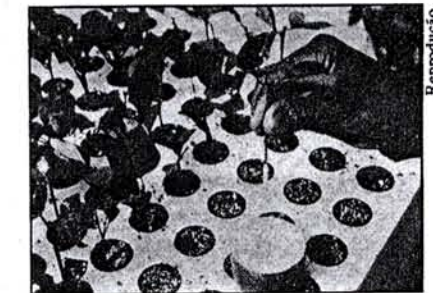
| DATA | HORÁRIO | TEMA | CONFERENCISTA | ÁREA/GRUPO |
|------|---------|--|--|---|
| 1/8 | 10h | MITOS E DADOS – O DESCOBRIMENTO DE UM PROBLEMA RACIAL NO BRASIL | Thomas Skidmore (Brown University – EUA) | História das Ideologias e Mentalidades |
| 8/8 | 17h | OS DESAFIOS DA ECO-92 | Ignacy Sachs (Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain – França) | Ciências Ambientais e Assuntos Internacionais |
| 13/8 | 9h | FINANCIAMENTO DA INOVAÇÃO EM PROGRAMAS DE SAÚDE NA AMÉRICA LATINA | Antonio Carlos Campino (Organização Panamericana de Saúde – OPAS) | Política Científica e Tecnológica |
| 22/8 | 17h | PERSPECTIVAS PARLAMENTARISTAS | Miguel Reale | Conferência do Mês |
| 23/8 | 14h | CONTRIBUIÇÕES DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES À HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (mesa-redonda) | Carlos Guilherme Mota, Lêda Boechat Rodrigues, José Sebastião Witter e Paulo Sérgio Pinheiro | História das Ideologias e Mentalidades |
| 29/8 | 15h | BIOTECNOLOGIA MODERNA Y DESARROLLO AGROINDUSTRIAL EN AMÉRICA LATINA | Rodolfo Quintero Ramírez (Universidade Autónoma do México) | Economia da Biotecnologia |
| 13/9 | 15h | O LABORATÓRIO NACIONAL DE LUZ SÍNCROTRON: PROJETO E REALIDADE | Cylon Gonçalves da Silva (LNLS) | Política Científica e Tecnológica |

Agroindústria na América Latina

No dia 29 de agosto, às 15h, o professor Rodolfo Quintero Ramírez, da Universidade Nacional Autónoma do México, dará no IEA a palestra "Biotecnologia Moderna y Desarrollo Agroindustrial en América Latina". O evento integra o programa de atividades do Grupo de Economia da Biotecnologia, coordenado pelo geneticista Carlos Alberto Moreira.

Ramírez deverá atualizar as informações sobre o processo de "integração funcional" dos setores agropecuário e industrial nas economias dos países latino-americanos. Segundo Moreira, a industrialização da agricultura associou o progresso técnico a um novo padrão de desenvolvimento. Foi no período de 1930-70 que se deu no Brasil a introdução dos modernos meios de produção de origem industrial. As indústrias que compram ou recebem produtos agropecuários para transformá-los em produtos industrializados são chamadas hoje de agroindústrias.

A utilização de técnicas modernas de biotecnologia na agropecuária também será abordada por Ramírez, que é diretor geral do Programa Regional de Biotecnologia PNUD/Unesco/Onudi para a América Latina e Caribe.



Reprodução

A biotecnologia vegetal tem um grande mercado usuário no Brasil. A propagação clonal de eucalipto (fotos), por exemplo, é a base do sucesso da indústria brasileira de celulose e papel.



Reprodução

estudos
AVANÇADOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Conselho Diretor: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bossi (vice-diretor), Carlos Guilherme Mota, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic e Paul Singer.
Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Afonso Beltrão Junio. Redação: Mauro Marcos de Oliveira Bellesa (jornalista responsável) e Dario Borelli. Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, CEP 05508, São Paulo, SP. Telefone: 81-3222, ramais 2519 e 2730. Telefax: 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.

Desenvolvimento e trabalho na Ásia-Pacífico

A partir do início dos anos 70, o Japão passou a despontar como potência industrial e tecnológica, num processo que abriu novas perspectivas para outros países da Ásia-Pacífico, como a Coreia do Sul e Taiwan. Para debater o perfil industrial da região e as características da organização do trabalho no Japão, o IEA e a Prefeitura do Campus da USP em São Carlos realizaram um seminário no dia 19 de junho.

Os expositores foram o diplomata Amaury Porto de Oliveira, ex-embaixador do Brasil em Cingapura, e a professora Helena Hirata, pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França. Porto de Oliveira é professor visitante do Instituto, mesmo vínculo que Helena Hirata manteve até junho com o IEA.

Novo Centro

Segundo Porto de Oliveira, dois fatos justificam a concepção de se considerar a Ásia-Pacífico como o novo centro industrial-tecnológico do mundo. O primeiro é a constatação que na década de 80 as trocas comerciais entre o Ocidente e aquela região superaram o valor das trocas transatlânticas. O segundo aspecto é a relação de cooperação-confrontação entre os Estados Unidos e o Japão. "Nos anos 70, o fordismo, o padrão norte-americano de produção industrial, após décadas de predominância mundial, começou a dar sinais de enfraquecimento, passando a tomar corpo o modelo japonês."

Ele lembrou que após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos desestruturaram a economia japonesa. "Os norte-americanos tencionavam estabelecer sua estratégia no Pacífico tendo como apoio a China, mas a vitória de Mao Tsé Tung destruiu esses planos, levando os Estados Unidos a guindar o Japão como viga-mestra de sua política na região."

Na concepção norte-americana, o Japão passou a ser a oficina do Pacífico, tendo os países do Sudeste Asiático como fornecedores de matéria-prima e alimentos. Com a elevação do padrão de consumo dos países da região, os japoneses ampliaram o mercado para seus produtos industrializados, completou Porto de Oliveira.

A Coreia do Sul e Taiwan acabaram por ser transformados pelos Estados Unidos em praças-fortes, componentes da estratégia de oposição a uma possível ampliação dos regimes socialistas no Sudeste Asiático. "Muitos bilhões de dólares foram investidos lá, além de outros tipos de ajuda, como a assistên-



Helena Hirata e Amaury Porto de Oliveira no evento em São Carlos

Prefeitura do Campus de São Carlos

cia técnica e financeira para a reforma agrária, como ocorrera antes com o Japão."

Para Porto de Oliveira, o início dos anos 70 marca o fim da expansão do modelo econômico norte-americano. "Iniciou-se naquele momento, de acordo com a antiga teoria dos ciclos longos, um meio ciclo de depressão que perdura até agora. Há a expectativa de nos anos 90 iniciar-se o meio ciclo de expansão econômica."

Ele considera a chamada crise de energia na década de 70 "uma grande mistificação". A Opep "foi manipulada por forças muito poderosas e a elevação dos preços do petróleo foi apenas um dos efeitos da situação econômica internacional".

Até a Segunda Guerra Mundial, o principal insumo energético japonês era o carvão, que foi substituído pelo petróleo por influência dos Estados Unidos, lembrou. "Com a súbita elevação dos preços do petróleo, os japoneses se viram obrigados a se dedicar à conservação de energia. Isso foi feito com incremento no desenvolvimento e utilização de novas tecnologias e com a racionalização da produção. Assim começou a nascer a Terceira Revolução Industrial."

A Ásia-Pacífico passou a viver então sob duas influências: "A das transnacionais ocidentais em processo de fraqueza crescente e a do Japão. Os países da região beneficiaram-se desses dois influxos."

Sistema japonês

Helena Hirata comenta que muitos teóricos consideram a forma de organização do trabalho no Japão um novo paradigma em ruptura com o taylorismo e o fordismo. "São citadas como

principais características do sistema japonês a grande flexibilidade industrial, a qualificação operária, inovações tecnológicas e organizacionais intensas, maior abertura ao mercado internacional e a descentralização bastante grande, até mesmo geográfica."

Na opinião de Hirata, esse tipo de interpretação não é a mais adequada. "O sistema japonês é uma continuidade de produção em massa, uma alternativa inserida no paradigma fordista."

Para ela, não se pode falar em modelo japonês, pois um modelo pressupõe algo universal, que pode ser aplicado mundialmente. "Técnicas e métodos são facilmente adaptáveis, mas a filosofia japonesa e até mesmo as tradições sindicais não são passíveis de transposição."

Quanto aos trabalhadores, citou como as duas características principais a participação ativa com sugestões e o trabalho em equipe. Do ponto de vista tecnológico, destacou a existência de um certo tipo de desenvolvimento peculiar de inovações tecnológicas no âmbito dos processos industriais. "Há uma relação importante entre as políticas de gestão e as de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Não há divisão entre o conhecimento científico e o processo industrial."

O texto "O Desenvolvimento na Ásia-Pacífico: A Indústria e o Estado", de Amaury Porto de Oliveira, é o caderno nº 16 da Série Assuntos Internacionais da Coleção Documentos. "Alternativas Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos Para Uma Discussão Sobre o Caso Brasileiro", de Helena Hirata, Robert Marx, Mario Sergio Salerno e Cândido Guerra Ferreira, é o nº 6 da Série Política Científica e Tecnológica da mesma coleção. Os cadernos podem ser adquiridos na sede do IEA.

A estética de Sergei Prokofiev

O centenário de nascimento de Sergei Prokofiev (1891-1953) instaura a reflexão sobre um dos mais significativos compositores do século 20, que, por motivos a ele circunstanciais, teve uma não-intensa divulgação de suas obras.

Prokofiev, possuidor de um dos talentos mais precoces para a composição e de um apetite pianístico invulgar louvado desde a infância, percorrerá uma trajetória onde às turbulências estéticas do período acrescenta-se a dubiedade ideológica. Esses fatores o tornam, sob o aspecto composicional, um "clássico" pleno de inovações particularizadas e, quanto às possibilidades engajadoras, um russo, um ocidental (1918-1934) e, ao regressar ao país natal, um soviético acatando diretrizes impostas.

A essência prokofieviana vem da fidelidade à escrita, esta tantas vezes imutável dos tempos da juventude à morte. Tomando-se como exemplo o piano, seu instrumento eleito, os processos claros existentes na "Sugestão Diabólica" op. 4, nº 4, de 1907, ou em obras não muito distantes cronologicamente, como a "Toccata" op. 11, estarão presentes nas sonatas dos últimos anos de sua trajetória. Haveria, sim, uma depuração no emprego dos materiais da textura musical. A profícua produção de Prokofiev envolvendo numerosa obra pianística, orquestral-sinfôni-

ca, óperas, "ballets", cantatas, canções, camerística abundante, aponta sempre em direção à clareza, à utilização de procedimentos reprocessados e que aparentemente reditos esclarecem uma escrita musical em permanente renovação, o que poderia até evidenciar um paradoxo.

Seria num aprofundado estudo do idiomático prokofieviano que se poderia detectar a origem primeira na linguagem de determinadas insistências do compositor: o dó maior penetrado por determinadas notas estranhas dando ao todo uma vaguidade modal; o sistemático procedimento voltado ao "perpetuum mobile" percutante; o paralelismo interválico; um lirismo particularizado onde a influência temática, mesmo original, mostra as raízes telúricas; o lúdico, em suas conseqüências as mais comunicantes.

O não-debruçamento pleno sobre o Ocidente, como o fizeram seus contemporâneos Rachmaninov e Stravinsky, teria sido uma das causas da limitada penetração junto aos empresários e agentes culturais dirigidos do período. Na União Soviética, por sua vez, desconfiou-se de sua trajetória ocidental, apesar de todos os escritos missivísticos de Prokofiev demonstrando envolvimento com as diretrizes socialistas.

Coincidentemente, houve um eclipsar motivado por dados circunstanciais.



Reprodução

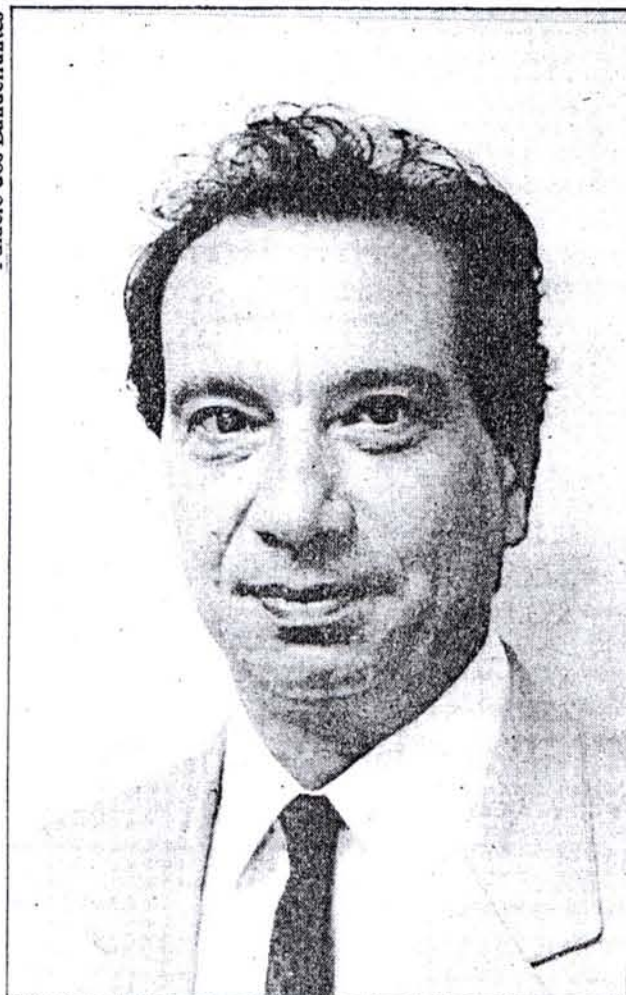
O compositor russo Sergei Prokofiev (1891-1953)

O dia de sua morte na União Soviética (5 de março de 1953) foi o mesmo do de Stalin, o que motivou uma tardia divulgação da notícia no Ocidente; o centenário de nascimento vem colidir com o bicentenário da morte de Mozart, para o qual, pelas mais diversas razões, todas as atenções se voltaram. Esse ofuscamento em datas limites não corresponde à enorme contribuição que Sergei Prokofiev deu ao processo criativo musical do século 20.

José Eduardo Martins é pianista e professor do Departamento de Música da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Coordenou o debate sobre Prokofiev realizado pelo IEA e ECA no dia 12 de junho, com a participação de Ênio Squeff, Willy Correa de Oliveira e Rubens Ricciardi.

PRESENCAS

Palácio dos Bandeirantes



Aloysio Nunes Ferreira, vice-governador do Estado de São Paulo, visitou o Instituto no dia 4 de junho. Na ocasião assistiu à conferência "A Crise de Representatividade Política na América Latina", do sociólogo peruano Aníbal Quijano.



José Goldemberg, secretário especial de Ciência e Tecnologia do governo federal, esteve no IEA no dia 28 de junho, tendo feito a palestra "Ciência e Tecnologia no Brasil: Discurso, Realidade e Impasses".

Mauro Bellesá

Estratégia para a dívida externa

Especialista atribui o fracasso das iniciativas adotadas em relação ao problema da dívida, que atinge inúmeros países, à falta de uma estratégia global envolvendo todos os credores, devedores e tipos de débito

Qualquer que seja a forma como se considere os fatos e se avalie a experiência da última década quanto à dívida externa de inúmeros países, a única conclusão é de que as sucessivas iniciativas para lidar com o problema falharam, com trágicas conseqüências para milhões de pessoas." Essa é a avaliação de Percy Mistry, pesquisador do International Development Centre da Universidade de Oxford. Ele fez palestra no dia 11 de junho sobre "A Evolução da Estratégia e as Negociações da Dívida Externa: Implicações para o Investimento e Comércio nos Países em Desenvolvimento". O evento integrou as atividades da Área de Assuntos Internacionais do IEA.

Mistry considera estranho um fenômeno que já dura dez anos continuar a ser chamado de crise. "A pendência da dívida se assemelha mais a um câncer que persiste por longo tempo, alastrou-se bastante e não apresentou respostas a várias formas de terapia, continuando a ter efeitos debilitantes."

Grande parte das análises do problema utiliza sofisticadas técnicas quantitativas para dignificar obscuros, desejáveis e, ocasionalmente, ideológicos pensamentos sobre políticas, ações e resultados relativos à questão da dívida, afirmou Mistry. Ele atribui o fracasso das iniciativas adotadas ao fato de terem sido elaboradas com o objetivo principal de proteger os interesses dos credores tanto quanto possível.

O sistema financeiro internacional têm sido salvo de um colapso iminente devido ao recente conjunto de iniciativas, lembrou. Ressaltou, entretanto, que o sistema permanece em risco mais devido à sistemática imprudência no comportamento dos credores do que por irresponsabilidade dos devedores.

Na opinião de Mistry, após nove anos de administração da crise da dívida, ainda não surgiu uma estratégia abrangente da questão por parte de nenhum grupo de credores. O motivo disso, comentou, é a relutância dos credores e das autoridades do G-7 (grupo dos sete países mais industrializados) em lidar com o problema da dívida de forma global.

"Essa postura dos credores tem sido adotada sem levar em conta a difícil situação econômica dos devedores ou do bem-estar econômico mundial." Como uma extensão lógica das propostas dos Planos Brady e John Major de alívio aos débitos oficiais para os países de baixa renda, Mistry acredita que após uma década de crise é inteiramente válido indagar se não seria o caso de propor que fossem "amarradas" as diferentes partes de iniciativas empreendidas.

Mistry salientou o fato de os dois carros-chefes que têm sido seguidos (Planos Baker/Brady, dominante para um grupo, e Clube de Paris, para outro) remeterem-se quase separadamente a credores oficiais e privados de um lado e devedores de média e baixa renda de outro.

Essa maneira de lidar com o problema tem requerido, eventualmente, improvisações embaraçosas quando o G-7 decide favorecer um devedor em especial, por alguma razão política, comentou Mistry. Exemplificou com os casos da Polônia, Egito e situações em que, como punição, é usada "a espada de Democles da dívida como uma ferramenta para influenciar políticas externas".

Uma posição mais legítima e defensável seria reunir as diferentes iniciativas numa consistente e coerente estrutura, baseada em critérios mais sensí-



Percy Mistry: "É preciso elaborar uma estratégia abrangente da dívida, com todos os credores e devedores"

veis para a determinação de qual devedor deva ser considerado para que tipo de atenuação das condições, defendeu Mistry. "Credores e devedores devem ver a estratégia da dívida tendo algum senso holístico. Assim, facilidades ou redução de débitos poderiam ser negociadas com mais sensibilidade e previsibilidade por todas as partes, de forma menos protecionista e onerosa."

A compartimentalização, como nos Planos Baker e Brady e nas sucessivas iniciativas dos débitos oficiais, resultou no encaminhamento não apropriado do débito oficial nos países de média renda, afirmou. Por outro lado, problemas do débito comercial foram virtualmente ignorados nos países de baixa renda e os do débito multilateral sendo escamoteados nos dois grupos de países, acrescentou.

Para Mistry, essa situação resultou em intermináveis e espúrios argumentos sobre a divisão de responsabilidades. Esses argumentos "inibem reações construtivas dos credores e tornam difícil chegar a resultados sensíveis para os devedores".

"As instituições financeiras internacionais, cujos portfólios estão agora a ponto de fazer o Plano Brady funcionar, fariam um significativo serviço a devedores e credores se pudessem convencer seus principais acionistas sobre essa questão óbvia: organizar uma estrutura coerente na qual todos os tipos de dívidas e países devedores estabeleceriam um acordo que, mesmo não sendo inteiramente satisfatório a todos os envolvidos, iria ao menos ser mutuamente aceitável como um compromisso."

"Uma Janela Para o Mundo" é o programa produzido pelo IEA e transmitido pela Rádio USP (FM 93,7) aos sábados, às 14h